

## **MAÇONARIA SEM LÁGRIMAS:**

### **Noções de história, esfera pública e de pós-metafísica como balizas neutralizadoras do debate político contemporâneo na Maçonaria**

(FREEMASONRY WITHOUT TEARS: Notions of history, the public sphere, and post-metaphysics as neutralizing markers of contemporary political debate in Freemasonry)

Rafhael Guimarães <sup>1</sup>

#### **Resumo**

O artigo examina, sob perspectiva histórico-filosófica e sociológica, a complexa relação entre Maçonaria e política, desde as guildas e clássicos até a história contemporânea. Problematiza-se a busca de uma definição de valores políticos da Maçonaria e contextualiza seu surgimento com o aparecimento de esferas públicas e a forma de pensar da pós-metafísica como reforços para neutralizar a colonização de lojas maçônicas por interesses econômicos e políticos.

**Palavras-chaves:** Maçonaria. Política. Modernidade. Esfera pública. Pós-metafísica.

#### **Abstract**

The article examines, from a historical-philosophical and sociological perspective, the complex relationship between Freemasonry and politics, from the operative guilds and classical foundations to contemporary history. It problematizes the search for a definition of Freemasonry's political values and contextualizes its emergence alongside the rise of public spheres and post-metaphysical modes of thought, understood as reinforcing frameworks for neutralizing the colonization of masonic lodges by economic and political interests.

**Keywords:** Freemasonry. Politics. Modernity. Public sphere. Post-metaphysics.

<sup>1</sup> Advogado e professor, especialista em Direito Público, Constitucional e Notarial. Possui o título de Mestre (UUV) e Doutor Honoris Causa (UNICECAP). E-mail: [guimaraes\\_rgf@hotmail.com](mailto:guimaraes_rgf@hotmail.com)

## Introdução

Em seu célebre discurso, “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais” (WEBER, 1993), Max Weber esclareceu sobre as clivagens inerentes à pesquisa científica e à política. Toda ciência está invariavelmente permeada de política, ainda que latente. A ideia, portanto, de neutralidade do saber científico passou a ser constantemente questionada, uma vez que o conhecimento, particularmente nas ciências humanas, a política e a ideologia estão presentes no processo de produção do conhecimento.

Nesse ponto, a crença na neutralidade do saber científico serve apenas para isolar e alienar o uso social do que é produzido academicamente. Afinal, seria difícil imaginar um antropólogo nazista concluindo cientificamente que as raças, na verdade, são uma construção ideológica ou político-social, de modo que todas as pessoas são de fato iguais, rechaçando a hierarquização dos povos segundo a superioridade cultural.

Notadamente, o sujeito, pesquisador e observador, está, mesmo que, timidamente, envolvido com as conclusões do seu estudo.

Tendo exatamente esse ponto em mente, pergunta-se, qual substrato político podemos extrair da Maçonaria?

A identificação de valores políticos autoriza o engajamento de instituições maçônicas no cenário político-social?

Nada como iniciar essa linha tênue entre “Maçonaria & Política” sem lembrar do marcante posicionamento da Grande Loja Unida da Inglaterra acerca de assuntos políticos: *“nem em uma Loja, nem a qualquer momento em sua qualidade de maçom, lhe é permitido discutir ou promover seus pontos de vista sobre questões teológicas ou políticas”* (*The Aims and Relations of the Craft* apud Ismail, 2016).

Mas em tempos de polarização política no Brasil tais direcionamentos maçônicos parecem não ter sentido. Não são poucos os inconformados autores que defendem um posicionamento mais proativo sobre política por parte de potências maçônicas ou até mesmo a composição de uma “bancada maçônica” nos parlamentos.

Caso emblemático em nível mundial de colonização de espaços maçônicos por interesses econômicos e políticos foi da loja maçônica italiana “P2P” (Propaganda Due), envolvida em escândalos de corrupção e infiltração nas camadas de poder na Itália, sob pretexto atrativo de irmandade maçônica, objeto de severas críticas por Norberto Bobbio em “Democracia e Segredo” (Editora Unesp, 2015).

Não bastassem as perseguições sofridas pela Maçonaria por regimes políticos ou eclesiásticos, ainda houveram lágrimas por conflitos estabelecidos entre membros maçons em decorrência de discussões políti-

cas ou mesmo sobre a ausência de compreensão dos objetivos da instituição maçônica (De Moraes; Ismail, 2017).

Percebemos, então, a relevância de refletirmos sobre o tema, unindo uma abordagem filosófica, sociológica e histórica, trazendo ao conhecimento conceitos como Modernidade, esfera pública e pós-metafísica para melhor compreensão do momento que vivemos.

Há quem defenda que na origem e sentido original da Maçonaria existem sólidos fundamentos de conservadorismo. Outros advogam em prol do progressismo. Quem tem a razão?

A questão que nos orienta no paper reside em avaliarmos o pensamento hegemônico que permitiu a criação, não apenas da Maçonaria, como dos ideais emancipatórios da humanidade, como a democracia e o Estado constitucional.

Volvendo-nos ao problema principal: quais as relações entre Maçonaria e Política segundo os clássicos?

Em nenhuma das clássicas definições sobre Maçonaria encontramos sua identificação com distinções contemporâneas de política.

Em obras antigas extraímos apenas termos como “solidariedade”, “universalidade” e “meritocracia”, destas podendo desdobrar-se outros conceitos, como caridade, igualdade, fidelidade e obediência (Dermott, 2016. Preston, 2017).

Vale citar expressamente William Preston:

Na loja, nenhuma desavença é notada. Influenciada pelo mesmo princípio, uma uniformidade de opinião, que é útil nas necessidades e agradável na vida familiar, universalmente prevalece, fortalece os laços de amizade e promove o amor e a estima. Os maçons são irmãos por um laço duplo, e, entre eles, como entre irmãos, **nenhuma distinção individual existe**, ainda que o mérito seja sempre respeitado e a honra concedida a quem a honra é merecida. **Um rei, na loja, é lembrado de que, embora uma coroa possa adornar a cabeça, ou um cetro, a mão, o sangue nas veias deriva-se do ancestral comum da humanidade e não é melhor do que aquele menor dos súditos.** [...] Somente a sabedoria e a virtude marcam distinções entre os maçons. (...)

A **maçonaria é uma ciência** que não está confinada a nenhum país em particular, mas que se

estende pelo globo terrestre. Onde quer que floresçam as artes, ela florescerá. Além disso, através do segredo e dos sinais cuidadosamente preservados na Fraternidade, se torna uma verdadeira **língua universal**. [...] Como todas as religiões ensinam moralidade, um irmão honesto deixará suas opiniões especulativas para Deus e para si. **Assim, através da influência da maçonaria, que é compatível com a mais sã política, as disputas que azedam a vida e amarguram o espírito dos homens são evitadas, e o bem comum, objetivo geral, é buscado zelosamente.** Deste ponto de vista a utilidade do nosso sistema é suficientemente óbvio. Os princípios universais da arte unem num laço indissolúvel de afeto homens das mais opostas tendências, dos mais distantes países e das opiniões mais contraditórias de forma que em cada nação um maçom encontre um amigo, e em cada latitude um abrigo (Preston, 2017 - grifei).

Em linhas mais claras, trazemos as modernas definições de Coil e de Hodapp:

Maçonaria, em seu sentido mais amplo e abrangente, é um sistema de moralidade e ética social, e uma filosofia de vida, de caráter simples e fundamental, incorporando um humanismo amplo e, embora tratando a vida como uma experiência prática, subordina o material ao espiritual; é moral, mas não farisaica; exige sanidade em vez de santidade; é tolerante, mas não indiferente; busca a verdade, mas não define a verdade; incentiva seus adeptos a pensar, mas não diz a eles o que pensar; que despreza a ignorância, mas não reprova o ignorante; que promove a educação, mas não propõe nenhum currículo; (...) é moderada, universal e liberal quanto a permitir que cada indivíduo forme e expresse sua própria opinião, mesmo sobre o que a Maçonaria é, ou deveria

ser, e convida-o a melhorá-la, se puder (Coil; Brown, 1961, p. 159).

Franco-maçonaria (ou apenas Maçonaria) é uma sociedade de cavalheiros preocupados com os valores morais e espirituais, além de uma das fraternidades mais antigas e populares do mundo. (...) É uma filosofia e um sistema de moralidade e ética social e é bem básica nisso. (...) (Ela) ensina lições de virtudes sociais e morais baseadas no simbolismo das ferramentas e na linguagem do antigo ofício de construção, usando a criação de uma estrutura como um símbolo para a edificação do caráter dos homens (Hodapp, 2015, p.13 – parêntese).

Outrossim, por uma síntese de tudo isso, presente na "Coil's Masonic Encyclopedia", pode-se defini-la como "um sistema de moralidade e ética social" (Coil; Brown, 1961), tendo em seu cerne racional características como o humanitarismo, a moral, a busca da verdade, o incentivo à reflexão, a defesa da liberdade e da dignidade do homem, a modéstia, a discrição e o estímulo à livre expressão de opinião, representados como visto em torno do seu simbolismo maçônico, isto é, inspirado nos pedreiros antigos e guildas feudais (Ismail, 2014).

Percebe-se que as antigas práticas maçônicas se voltavam para o simples exercício de moralidade e ética social, sendo proibido discutir política, *"as [antigas] regras exigiam [apenas] que os maçons fossem bons cidadãos e obedientes ao governo do seu país"* (Hodapp, 2015. 36 - colchete).

Há, por outro lado, narrativas que se utilizam da história da Maçonaria junto aos movimentos iluministas como exemplificação da participação política da Maçonaria, inclusive a própria antimaçonaria ecoa essas nuances históricas.

### **A gestação e nascedouro de novas formas de organização e socialização**

Em uma síntese sobre a história da humanidade, Eric Hobsbawm, renomado autor dos clássicos "A Era das Revoluções; do Capital; dos Impérios", sintetizou o momento em que vivemos que *"pela primeira vez na história humana há uma única forma de Estado claramente dominante – a república democrática, constitucional, representativa e moderna"* (2007, p. 98).

Essas formas de organização da nossa sociedade destacadas nas palavras de Hobsbawm, cuja palavra de ordem é a democracia, foi gestada por séculos, assim

como instituições modernas de socialização. Essa gestação culminou no projeto filosófico emancipatório do homem, cujo nascedouro é o mesmo da Maçonaria: a Modernidade.

Dizemos Modernidade, com inicial maiúscula, para identificar o período que deu origem ao modo de vida dos tempos atuais. Pensar o Estado constitucional democrático ou mesmo as origens da Maçonaria sem compreender o período em que estes foram criados e desenvolvidos é como assistir um filme do meio para o final e acreditar que entendeu tudo.

O período de transição em que antigas autoridades monárquicas e eclesiásticas (antigo regime) na Europa deixaram de ser aceitas “em confiança” e passaram a ser cobradas em justificação, isto é, em razões comunicáveis, demarca uma nova forma de pensar, viver e filosofar (Hobsbawm, 2014, p. 49).

O súdito, que antes dividia sua vida entre trabalho e religião, agora, ganhou mais alguns momentos, tornou-se cidadão, portador de direitos e em condições de socializar com os demais.

Esse período conhecido como Modernidade foi a fase seguida do feudalismo europeu e é promotora dos aspectos particulares das sociedades pós-feudais, como industrialização, economia de mercado e Estado, capitalismo, urbanização, secularização, individualização e meritocracia, além da perda de influência pela Igreja Católica (Giddens, 2016, p.23).

Hobsbawm descreve a Modernidade como resultado da combinação de fatores econômicos (revolução industrial britânica) e culturais (revoluções burguesas), cujos impulsos propiciavam novos canais de comunicação. Nesse quadro, ele observa que homens “se organizavam por toda parte em lojas de franco-maçonaria”, onde distinções de classe importavam menos e a ideologia do Iluminismo era propagada com empenho desinteressado, sendo significativo que os centros do Iluminismo coincidissem com os centros da “dupla revolução” (Hobsbawm, 2014).

Esse pano de fundo, ignorado por boa parte da historiografia maçônica, explica o surgimento, no seio da Modernidade, de novos espaços (físicos) e, não por acaso, nesse mesmo contexto histórico constatamos o aparecimento e consolidação de lojas e rituais maçônicos, tal como praticados atualmente.

Esse processo dinâmico da sociedade, entre os séculos XVI e XVII, transformou os hábitos de vida, exigindo, inclusive, o surgimento de linguagens transversais para evitar que as diferenças (econômicas, políticas e culturais) convertessem espaços compartilhados em guerras ideológicas (Hill, 1980).

Na leitura de Christopher Hill foi a primeira vez que se cogitou entender o que era “pluralismo”, com a impossibilidade prática de erradicar o adversário e da necessidade de reorganizar a vida pública sem um intér-

prete absoluto (Hill, 1980).

Era necessária uma nova filosofia que, além de coadunar com nova forma de vida, imbuísse a emancipação para os homens. Emmanuel Kant, o grande intérprete dessa nova forma de pensar no Ocidente, disse:

O iluminismo representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. (...) Sapere aude! Tenha coragem para fazer uso da tua própria razão! Esse é o lema do iluminismo (Kant, 2006).

### **O desenvolvimento dos rituais maçônicos e o fortalecimento institucional da Maçonaria**

Não se pode desconsiderar o contexto social e filosófico em que os rituais maçônicos foram desenvolvidos, sendo eles mesmos um exemplo genuíno da Modernidade.

Como cediço, a partir de documentos publicamente acessíveis, como em 1598/1599 (Atas Escocesas e Estatuto de Schaw); em 1723 (1ª Edição da Constituição de Anderson); em 1725 (Sociedade Musical de Londres), em 1730 (Maçonaria Dissecada) e em 1738 (2ª Edição da Constituição de Anderson), a história da Maçonaria, ou melhor dos rituais maçônicos, encontra registros históricos consistentes (Carr, 2012).

Esses registros mencionam a existência da maçonaria “operativa”, organizada na forma de guilda de pedreiros, como origem das antigas práticas maçônicas:

A forma típica da organização de arte e ofício era a guilda local. A guilda tinha várias funções interligadas. Ela controlava o treinamento para um ofício e a sua entrada, a organização e as condições de trabalho e os salários. A guilda tinha funções de previdência social, ajudando os membros em dificuldade, providenciando o sepultamento decente para os membros que morriam e dando apoio às viúvas e aos órfãos. Banquetes regulares enfatizavam a solidariedade social, pois a guilda era uma organização social, bem como econômica [...] (Stevenson, 2009, p.32).

Uma das iniciativas mais antigas das guildas era

agrupar recreativamente homens interessados em obter conhecimento, como comentado por Robert Cooper ao se referir às lojas maçônicas mais antigas do mundo: *“As lojas tornaram-se importantes centros, onde os pedreiros poderiam realizar cerimônias com o objetivo de comunicar seus conhecimentos esotéricos especiais de geração em geração [...]”* (2005, p.29).

A tese de “teoria da transição” sugere que essa recreação dos operativos foi, cada vez mais, sendo aperfeiçoada, ganhando “vida própria” paralela às atividades precípua da guilda, alçando um sistema próprio (isto é, juramentos, lendas, sinais, toques e palavras) no final do século XVII, tornando-se amplamente conhecida a partir de lojas maçônicas de *“tempos imemoriais na Escócia”* e nas Grandes Lojas de “York” e de *“Londres e Westminster”* (Cooper, 2005; Lomas, 2015; Preston, 2017).

Os chamados “catecismos maçônicos” mais antigos aparecem entre 1690 e 1700 por uma razão simples, acabavam de ser inventados (Stevenson, 2009. Carr, 2012).

Essa transição entre recreação dos operativos para rituais maçônicos modernos se deu em um contexto em que novas formas de pensar e socializar obtinham novo impulso, sob o contexto da Modernidade.

Com a acentuada expansão no número de membros e lojas, notadamente de maçons especulativos, esse sistema de ensino era propagado por um método próprio (alegórico-simbólico), conjugando as antigas alegorias e símbolos maçônicos.

O fenômeno sócio-histórico dos rituais maçônicos registrados notadamente na Escócia e na Inglaterra, seguiu-se ganhando cada vez mais adeptos especulativos, alcançando aperfeiçoamentos e sistematizações, já mencionados, entre 1599 até 1717/1721.

Em 1725, foi institucionalizada na Irlanda; em 1730, na França; em 1773 nos Estados Unidos (Philadelphia); em 1733, na Itália; em 1735, na Holanda, em 1736, na Escócia; em 1737, na Alemanha e em Portugal; em 1740, na Suécia; em 1745, na Dinamarca; em 1765, nos países austríacos; em 1771, na Rússia; e em 1773, na Suíça (COOPER, 2009).

Evidencia-se em todos os registros maçônicos desse período de formação (ou melhor, “formatação”) dos rituais um objetivo claro: *servir de sistema de moralidade e auxiliar o indivíduo em sua vida social.*

Para o célebre autor Christopher Hodapp os antigos *“maçons exigiam a crença em Deus para se tornar membro, nenhuma pergunta seria feita sobre a religião pessoal”* e para firmar essa exigência *“os maçons se referiam a Deus em seus rituais como o Grande Arquiteto do Universo”* (2015, p. 35).

Como visto, os partidários do envolvimento de Maçonaria e política não resistem ao teste da história.

## Quais as principais características dos novos espaços

### **sociais: Maçonaria e Esfera Pública**

A transição para a maçonaria especulativa aparece, então, como resultado urbano e socioeconômico do contexto da Modernidade, e não como produto de um plano político único de qualquer movimento. Ao revés, as lojas se transformam institucionalmente em canais de comunicação, oferecendo encontros, valores e palco para reflexões sociais que caracterizam uma esfera pública maçônica (Ismail, 2017).

Nesse lugar de discussões formais e informais (associações, cafeterias, tabernas, assembleias, parlatorios), situando-se entre a Sociedade Civil e o Estado, Jurgen Habermas denomina de “Esfera Pública”:

Nas esferas públicas, os processos de formação da opinião e da vontade são [procedimentalmente ou ritualisticamente] institucionalizados e, por mais especializados que possam ser, estão orientados para a difusão e à interpenetração. (...) Devem suas estruturas discursivas a uma tendência universalista dificilmente dissimulada. Todas as esferas públicas [mesmo] parciais remetem a uma esfera pública abrangente em que a sociedade em seu todo desenvolve um saber de si mesma (2000, p.500). [colchete]

O próprio frankfurtiano faz menção direta dessa característica na Maçonaria, ao mencionar seu relevante papel como palco de discussão das ideias:

A promulgação secreta do iluminismo, típica das Lojas, mas também amplamente praticada por outras associações e Tisclzgesellschaften, tinha um caráter dialético. Razão pela qual o uso público da faculdade racional a ser realizado na comunicação racional de um público composto por seres humanos cultos, em si precisava ser protegido de se tornar público porque era uma ameaça para todas e qualquer relações de dominação. Enquanto a publicidade tinha a sua sede nas chancelarias secretas do príncipe, a razão não podia revelar-se diretamente. Sua esfera de publicidade ainda tinha que confiar no sigilo; seu público, até mesmo como um público, permaneceu

interno. A luz da razão, assim velada de autoproteção, foi revelada em etapas. Isso lembra a famosa declaração de Lessing sobre a Maçonaria, que na época era um fenômeno europeu mais amplo: ela era tão antiga quanto a sociedade burguesa – “se de fato a sociedade burguesa não é apenas a prole de Maçonaria” (Habermas, 2014, p.148-149).

Como visto, o fato de historicamente a Maçonaria impor um tratamento universalista se deve ao novo contexto cultural e social da Modernidade, que tanto permitiu, como exigiu um novo tratamento ao cidadão.

Hodapp destaca no desenvolvimento da Instituição Maçônica a proibição de discutir política em lojas, quanto à política *“as regras exigiam especificamente que os maçons fossem bons cidadãos e obedientes ao governo de seus países”* (p. 36).

É precisamente aqui que emerge a nossa tese da neutralidade do espaço maçônico (apolítico, pré-político, neutro). Dizer que a Maçonaria é apolítica não significa dizer que ela é alheia ao mundo político, indiferente à injustiça ou incapaz de produzir efeitos públicos.

Significa dizer que ela se estrutura antes da disputa política no convívio social e público, como condição civilizatória da própria convivência pública.

Deve-se ter em mente que a moderna distinção entre esquerda e direita; entre socialismo e capitalismo; entre progresso e conservadorismo; ou entre social-democracia e neoliberalismo; são discussões deflagradas posteriormente ao surgimento e desenvolvimento dos rituais maçônicos (logo, posteriores e profanos).

Como dito, ainda que, questões políticas pudessem ter sido emergentes no mesmo contexto da Maçonaria, enfatiza-se que a esfera pública maçônica está voltada para moralidade e ética social.

É por isso que insistimos, atribuir à Maçonaria um viés ideológico contemporâneo consiste em um anacronismo. Não existe uma “ideologia maçônica” como se a Instituição possuísse um programa político próprio.

Benimeli percebe exatamente isso, ao combater o “senso comum maçônico” que tenta produzir essa ficção. O que há na Maçonaria, segundo o célebre historiador, é “filosofia”, em suas diversas modalidades históricas, e o papel da esfera pública é difundir ideias engendradas em seu epicentro, não decretar uma ortodoxia (2017).

Vale afastar outro argumento, de que a ideologia da Maçonaria é aquela expressa pela maioria de seus membros atuais, o que não condiz com a realidade, até porque em países e regiões diferentes os maçons sus-

tentam bandeiras políticas distintas simultaneamente (Benimeli, 2017).

O que se chama, então, de “base ideológica” da Maçonaria, neste artigo, deve ser entendido com precisão é uma arquitetura ética, educativa e universalista, típico de esferas públicas criadas no advento da Modernidade.

Se a esfera pública depende de difusão, interpenetração e tendência universalista (Habermas, 2000), a política partidária tende a produzir fechamento, colonização e atitudes suspeitas.

A conclusão parcial é inevitável. Devemos impedir discussões políticas nos espaços maçônicos (físicos ou virtuais) e isso não é censura, mas enaltecer a fraternidade e cultivar a união em uma sociedade plural.

Disso, resulta um questionamento natural: se a Maçonaria não é uma instituição política e se sua vocação é educacional, como explicar a presença recorrente de maçons entre os protagonistas das grandes revoluções burguesas?

Essa pergunta condutora servirá de fio condutor para o próximo subcapítulo deste paper, mas, de pronto, identificam-se dois erros comuns, o primeiro é o apologético, que atribui à Maçonaria a autoria das revoluções burguesas, como se ela fosse um sujeito político organizado, bem como o segundo erro é o negacionista, que tenta minimizar ou apagar a relevância histórica das sociabilidades maçônicas na difusão das ideias emancipatórias da Modernidade.

### Maçonaria e as Revoluções Burguesas

Sejamos insistentes. Revoluções não foram engendradas de forma direta pelas instituições maçônicas e seus rituais não conservam programas revolucionários.

Como sustentado, a Maçonaria emergiu da Modernidade como uma esfera pública, isto é, um espaço destinado a sociabilidade, circulação de ideias e formação intelectual, sem jamais se converter em um projeto partidário, liberal, democrático ou conservador, a despeito do posicionamento pessoal dos seus próprios membros.

O caso da independência dos Estados Unidos é paradigmático. É incontestável a presença de maçons entre os principais líderes do processo (George Washington, Thomas Jefferson, Benjamin Franklin, John Adams).

No entanto, atribuir à Maçonaria, enquanto instituição, a autoria da Revolução Americana equivale a ignorar os fatores estruturais que a tornaram possível, como a dinâmica econômica entre Metrópole-Colônia, o crescimento da burguesia americana, o endurecimento fiscal britânico após a Guerra dos Sete Anos, o iluminismo e a crise do pacto colonial (Hobsbawm, 2014).

O mesmo vale para revolução francesa, amplamente atribuída à Maçonaria em razão da divisa

*“Liberdade, Igualdade e Fraternidade”*. Como demonstrado por Ismail foi um fenômeno exatamente ao contrário do que muitos pesquisadores afirmam, foi a Maçonaria que aderiu ao lema latino no lugar da divisa maçônica *“amor fraternal, amparo e verdade”* (2025, p. 239).

Ao analisar a revolução francesa, Hobsbawm sustenta que a mesma *“não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado”* (2013).

Ainda assim, um *“surpreendente consenso de ideias gerais”* deu unidade ao movimento, e essas ideias foram formuladas por filósofos e economistas, difundidas por associações informais, entre as quais a Maçonaria (2013).

O que se pode afirmar, com base documental, é que lojas maçônicas funcionaram como espaços (esferas públicas) de encontro entre intelectuais, juristas, militares e profissionais liberais, nos quais se discutiam temas como tolerância religiosa, constitucionalismo, direitos naturais e crítica ao absolutismo (Morel; Souza, 2008).

A unificação italiana e a chamada *“primavera dos povos”* de 1848 reforçam ainda mais a tese aqui defendida. Giuseppe Garibaldi, figura central do Risorgimento, era maçom, mas nem de longe isso transforma a Maçonaria no sujeito da unificação italiana.

No caso italiano, o processo de unificação decorreu de fatores como nacionalismo emergente, enfraquecimento dos impérios tradicionais, disputas territoriais, guerras franco-prussianas e austro-prussianas e reconfigurações do equilíbrio europeu (Hobsbawm, 2014).

Essa lógica das revoluções americana, francesa e italiana pode ser levada para todos os processos revolucionários de independência da América do Sul, com inúmeras lideranças maçônicas encampando movimentos libertários, como Simón Bolívar, José de San Martín, Bernardo O’Higgins e Benito Juárez (Morel; Souza, 2008).

O Brasil oferece um caso ainda mais instrutivo para o argumento deste paper. A Maçonaria esteve presente em momentos decisivos do país, desde a Independência, abolição da escravidão e proclamação da República, como uma esfera pública (espaço de socialização de ideias). Contudo, essa presença não autoriza a conclusão de que a instituição maçônica tinha um projeto político para o Brasil.

Quando a loja atua como esfera pública pré-política, ela pode acolher debates, formar lideranças, difundir ideias e produzir capital social sem se confundir com instituições políticas. Quando, porém, ela assume institucionalmente uma pauta política específica, rompe-se a distinção entre forma e conteúdo, entre sociabilidade e movimento político.

A consequência histórica dessa confusão e utilização da Maçonaria para fins políticos resulta em sua per-

seguição, tanto por regimes autoritários, eclesiásticos e movimentos antimaçônicos que passam a enxergar *“maquinações políticas”* e risco ao poder.

### **A Antimaçonaria e a consequência da politização da Maçonaria**

Como cediço, a Maçonaria, em sua autocompreensão mais constante, sempre se alinhou a valores compatíveis com democracia, liberdade religiosa, tolerância e dignidade humana.

Esse alinhamento, porém, não equivale a ser um partido, uma bancada ou uma força de intervenção político-eleitoral. Aqui reside a confusão.

Uma coisa é a Maçonaria inculcar deveres de lealdade e cidadania e formar homens melhores para o mundo profano, outra, completamente diversa, é a potência ou a loja maçônica assumir bandeiras partidárias, endossar candidaturas, operar como *“elite estratégica”* e tentar capturar o Estado.

O primeiro gesto é coerente com a ideia de fraternidade universalista de uma esfera pública. O segundo é a corrupção do próprio fundamento, porque torna a pertença maçônica dependente de adesão a um campo político.

A história recente mostra que regimes autoritários não perseguiram a Maçonaria porque ela *“faz política”* no sentido ordinário, mas porque ela é uma forma alternativa de laço social, fundada em igualdade simbólica, reserva ritual e capacidade de criar confiança e identidade fora do alcance direto do Estado e, muitas vezes, também fora do alcance da Igreja.

Utilizemos regimes totalitários mais evidentes, como Mussolini, Hitler e Stálin, ambos determinaram fechamento de lojas maçônicas em massa. Mussolini dissolveu lojas italianas em 1925, Hitler imitou o gesto em 1934, além de padrões replicáveis em Salazar e Franco (BENIMELI, 1995).

Atacada por esses ditadores por seu suposto alinhamento com o comunismo e o sionismo internacional, ironicamente essa mesma instituição também foi objeto de ataque pelos próprios regimes comunistas. Por exemplo, Trotsky chegou a dizer *“a maçonaria é tão reacionária como a igreja e o catolicismo, camufla a necessidade de luta de classes sob o acúmulo de fórmulas moralizantes. Deve ser destruída pelo fogo vermelho”*, sendo que foi totalmente banida pelo regime soviético em 1917 (BENIMELI, 1995).

Esse agressivo posicionamento foi assimilado na Terceira Internacional Comunista, em 1921, sob a liderança de Lenin, recomendando a absoluta proibição da maçonaria em todos os países comunistas: *“Por seus estatutos, sua administração e a maneira como são escolhidos seus membros, a maçonaria não representa outra coisa senão um processo de infiltração da pequena burguesia em todas as camadas sociais”* e ainda *“por*

*seus ritos, recorda os costumes religiosos e se sabe que toda religião subjuga o povo (...)*" (Benimeli, 1995).

Não bastasse tudo isso, ainda encontramos que a maçonaria foi considerada como *"organização de radicalismo burguês destinada a semear ilusões e a prestar seu apoio ao capital organizado em forma de Estado"* (Ismail, 2016).

Noutro giro, o mesmo se deu com o Grande Conselho Nacional Fascista, em 1923, onde emitiu-se nota convidando os "fascistas maçons" a escolher entre pertencer ao partido fascistas ou à maçonaria, afinal prossegue dizendo *"para os fascistas só há uma disciplina, a disciplina do fascismo, uma só hierarquia, a hierarquia do fascismo, uma só obediência absoluta, devotada aos chefes do fascismo"* (Benimeli, 1995).

Em 1945, o nazismo impedira o funcionamento das lojas maçônicas na Alemanha e nos países ocupados, as lojas foram queimadas e todos seus arquivos confiscados e destruídos (Hodapp, 2015; Morel, 2008). Para traumatizar ainda mais, os líderes da maçonaria alemã, quando não trancafiados nos campos de concentração, foram sumariamente assassinados sob o pretexto de que a maçonaria mantinha ligações "ilícitas" com o judaísmo internacional: *"Nossos irmãos eram obrigados ostentar nas vestes a estrela de seis pontas que é, ao mesmo tempo, judaica e maçônica (Estrela de Davi)"* [...]. (Lomas, 2015).

Adolf Hitler também dedicou algumas páginas do seu *magnus opus* (Mein Kampf) em detrimento da maçonaria, para quem ela é uma organização à serviço do judaísmo perante as classes burguesas, criticando a ideia maçônica de que *"a defesa do país deve consistir no pacifismo"*, ou melhor, na união dos homens (1924, p. 233), além de conspirar que o Estado, a economia e a imprensa estão nas mãos de judeus e maçons: *"Os círculos governamentais, assim como as camadas superiores da burguesia política e econômica, caem em suas armadilhas [judaicas], guiados por fios maçônicos"* (1924, p. 229 – colchete).

O fato de a maçonaria, desde o seu surgimento, possuir um caráter silencioso dos assuntos tratados no seu interior – num primeiro momento, ela era secreta, e num segundo momento, uma instituição discreta – sempre chamou a atenção do grande público e a desconfiança de várias instituições na sociedade, especialmente a Igreja Católica – que enxergava no movimento maçônico (racionalista, iluminista e simpático ao anticlericalismo) um oponente à altura (Hobsbawm, 2013).

Para fundamentar sua ofensiva, a Igreja necessita de argumentos para legitimar suas perseguições, em grande medida vieram do francês Marie Joseph Gabriel Antoine Jogand Pagès, mais conhecido pelo pseudônimo de Léo Taxil. Depois de expulso da maçonaria, Taxil ficou conhecido pelos trabalhos antimaçônicos publicados, já em 1885: Os irmãos três-pontos; O anti-Cristo e a

origem da maçonaria; O culto do Grande Arquiteto e os assassinos maçônicos (Morel, 2008. Benimeli, 1995).

Chegou a dizer que um renomado maçom, Albert Pike que falecera em 1891, era uma espécie de "Papa Luciferiano", sumo pontífice da maçonaria universal, a ponto de escrever que Pike se reunia com Lúcifer toda semana (Ismail, 2016).

Todas essas mentiras, criativas e odientas em face dos maçons, foram desmentidas pelo próprio Taxil em uma coletiva de imprensa (em abril de 1897). Aliás, dizia que tudo aquilo não passava de esforços para alavancar dinheiro com a venda dos seus livros (Hodapp, 2015).

A politização da Maçonaria, por alinhamento real ou aparente, facilita esse processo ao naturalizar a ideia de que "há algo escondido e politicamente perigoso".

A ligação entre antimaçonaria e reações político-religiosas se torna ainda mais clara quando olhamos a onda pós-1848, a "primavera dos povos", e a reação ultramontana. Os movimentos liberais e constitucionalistas e, como contragolpe, a bula Syllabus (1864) e o Concílio Vaticano I (1869–1870), sob Pio IX, afirmando infalibilidade papal e rechaçando movimentos libertários, seculares e anticlericais, incluindo a Maçonaria (Cury, 2017).

A encíclica Humanum Genus, como ofensiva aos liberais, dividiu o mundo entre o "Reino de Deus e o Reino de Satanás", colocando a Maçonaria no epicentro do domínio satânico (Hodapp, 2015).

Por isso, a tese de que a Maçonaria foi "sempre política" não resiste à documentação histórica interna da própria tradição. Cooper reforça que não havia proposições políticas ou sociais nas antigas lojas, sendo os antigos rituais limitados a moralidade por meio do simbolismo das ferramentas (Cooper, 2009).

A história é inequívoca. Quando os maçons se afastam os ideais prescritos pelos antigos rituais em matéria de política a Maçonaria paga um preço caro.

É por isso que política e Maçonaria não caminham juntas no plano filosófico e histórico.

Um último ponto, consiste em perceber que as ideias maçônicas foram desenvolvidas obedecendo uma lógica hegemônica. Ao serem gestados e desenvolvidos sob os auspícios da Modernidade, o Estado constitucional, moderno, democráticos e a Maçonaria houve a construção de alicerces filosóficos evidentes naquilo que foi chamado de pós-metafísica.

### **Razão Comunicativa e a Pós-Metafísica**

A figura de Jurgen Habermas é central para compreender não apenas a filosofia política contemporânea, mas o próprio sentido da Modernidade enquanto experiência histórica e social.

Embora tenha crescido como pesquisador e pensador da Escola de Frankfurt, Habermas tornou-se crítico dos trabalhos da primeira geração de pesquisadores,

especialmente de Adorno e Horkheimer, mostrando a inconsistência do materialismo histórico dialético e o entendimento do saber centrado no sujeito (2000, p. 473).

Adorno e Horkheimer eram notáveis críticos do estilo de vida moderno e do Iluminismo (esclarecimento), por terem reificada a consciência, massificada as relações sociais, perpetuando uma hegemonia instrumental com a máxima "*o esclarecimento é totalitário*" (1985, p.19, 34-35).

Diferente da primeira geração frankfurtiana, que via a Modernidade como um projeto praticamente fracassado (razão instrumental), Habermas sustenta que a Modernidade é um projeto inacabado e ainda existe, no próprio tecido da vida social moderna, um potencial racional não esgotado, cujo cerne reside na intersubjetividade entre os agentes (2000, p.484 e 487).

Sua obra pode ser lida, em grande medida, como uma tentativa sistemática de salvar a promessa emancipatória da Modernidade sem recorrer nem à metafísica clássica nem ao pessimismo cultural, marcantes da primeira geração de Frankfurt. Ou seja, ao invés de entender o Iluminismo como algo reificador, Habermas compreendia que o esclarecimento continha etapas, um projeto não exaurido da própria Modernidade.

A diferença entre as gerações de Frankfurt é marcante, enquanto a primeira geração assentava-se em Karl Marx, a segunda geração, representada por Habermas, propôs uma releitura de Emmanuel Kant.

A chave de compreensão da Modernidade estava em Kant, não em Marx.

Em obras como *Conhecimento e Interesse* (1982), *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2014), *Técnica e Ciência enquanto Ideologia* (1983) e *Discurso Filosófico da Modernidade* (2000), Habermas mostrou que o núcleo da Modernidade não está em uma verdade última sobre o ser, como pretendia a metafísica tradicional, mas na possibilidade de os próprios sujeitos, por meio da interação, refletirem criticamente sobre suas crenças, normas e formas de vida, como bem exemplifica a esfera pública (ou loja maçônica, no caso concreto).

É nesse sentido que Habermas fala em pensamento pós-metafísico. A pós-metafísica não significa superação ou ausência de valores espirituais, mas a renúncia à ideia de que em uma sociedade plural devemos ter um único fundamento, qual seja, a interação, intersubjetividade, razão comunicativa (GUIMARÃES, 2017).

A ênfase recai na postura e no procedimento, com nítido viés comunicativo, de reconhecimento recíproco e de disposições para justificar publicamente aquilo que se afirma. Em outras palavras, o cidadão (desde início da Modernidade) depara-se com um cenário onde a autoridade pública deve justificar suas posições, não apenas fundamentá-la, como expô-la ao julgamento dos seus iguais, que, a qualquer tempo, poderão debater, revisar

ou concluir por novos entendimentos. Eis a Modernidade, na visão de Habermas.

### **A colonização das lojas maçônicas pela política profana**

Para articular filosofia e sociologia, o pensador introduz o conceito de "mundo da vida", o qual consiste nas experiências da sociedade, cultura e personalidade individual que se opõem aos sistemas do Estado (regulado pelo poder) e da economia (regulada pelo dinheiro) (2000, p. 477/480).

Esses sistemas são necessários à complexidade das sociedades modernas, mas tornam-se patológicos quando deixam de ser mediados pela comunicação e passam a impor diretamente suas lógicas ao mundo da vida. É isso que Habermas chama de colonização do mundo da vida, quando dinheiro e poder substituem linguagem, entendimento e reconhecimento, a vida social se degrada, a solidariedade se enfraquece e a razão se empobrece.

Nesse ponto que o conceito de esfera pública assume centralidade. Para Habermas, a esfera pública é a experiência social entre o mundo da vida e os sistemas, sendo pedagogicamente importante para entendimento da cultura, sociedade e indivíduo.

É exatamente aqui que a Maçonaria revela sua afinidade profunda com o pensamento habermasiano. Historicamente, como mostram autores como Hodapp, Coil e Ismail, a Maçonaria se constituiu como uma associação privada de caráter universalista, voltada à formação moral, à ética social, ao humanitarismo e à busca da verdade, por meio de uma pedagogia simbólica e iniciática que disciplina a razão e o comportamento.

Quando fiel ao seu intento original, uma loja maçônica funciona como uma esfera pública, com um espaço de socialização, no qual homens formalmente iguais se reúnem para refletir, debater e se aperfeiçoar, sem subordinar esse processo a imperativos econômicos ou a hierarquias políticas externas.

Nesse sentido, a colonização do espaço maçônico por interesses políticos, como posicionamentos ou identificação de políticos profissionais, enfraquece a esfera pública maçônica e engendra uma anomalia conflitante com o arcabouço histórico e filosófica da maçonaria.

Como disse Hodapp "*a Maçonaria encontrou uma maneira de unir seus membros e evitar os dois temas mais comuns que podem destruir qualquer amizade: política e religião*" (p. 69).

Por isso, compreender as lojas maçônicas como espaços politicamente neutros não significa apatia ou alienação, mas fidelidade à sua função moderna. Quando discussões político-partidárias invadem os templos, ocorre exatamente o fenômeno descrito por Habermas como colonização (Guimarães, 2017).

A loja deixa de formar autonomia e passa a treinar

heteronomia, transformando irmãos em porta-vozes de facções. Essa inversão não apenas destrói a vocação educativa e filantrópica da Maçonaria, como fornece munção simbólica à antimaçonaria e fragiliza o próprio tecido humano da instituição.

A importância de Habermas, portanto, está em oferecer uma chave conceitual poderosa para compreender a sociedade plural contemporânea e, ao mesmo tempo, iluminar o papel de instituições intermediárias capazes de resistir à colonização sistêmica. Certamente, a sublime instituição maçônica, guardiã dos ideais iluministas é um exemplo histórico, filosófico e sociológico da esfera pública e do pensamento pós-metafísico.

Como diria Preston, a Maçonaria como um espaço singular de convivência em que a harmonia não nasce da uniformidade forçada de ideias, mas do compromisso comum com a sabedoria, a virtude e o bem entre os irmãos. Na loja, "desaparecem as distinções" externas de riqueza ou posição social.

Essa atmosfera é ameaça, até mesmo colonizada, quando cessam o elo social de universalismo entre os irmãos. Sejamos irmãos, jamais adversários em loja maçônica.

### Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BENIMELI, J. A. F. *Maçonaria e Satanismo*. Vol. 1. Londrina: A Trolha, 1995.

BUCHAUL, R. B. *Gênese da maçonaria no Brasil: a história antes do Grande Oriente do Brasil*. São José dos Campos: Clube dos Autores, 2011.

COIL, H. W.; BROWN, W. M. *Coil's Masonic Encyclopedia*. New York: Macoy, 1961.

COOPER, R. L. D. *Revelando o código da maçonaria*. São Paulo: Madras, 2009.

DERMOTT, L. *Ahiman Rezon: a constituição dos maçons antigos*. Londrina: A Trolha, 2016.

GIDDENS, A. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: UNESP, 2016.

GUIMARAES, R. Uma sociedade de emancipados: uma análise sobre os imperativos instrumentais na Maçonaria e a intersubjetividade da razão maçônica com a razão comunicativa. In: *Revista Ciência e Maçonaria, Brasília*, v. 4, n. 1, p. 73–82, jan./jun. 2017.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Unesp, 2014.

HABERMAS, J. *Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOBBSAWM, E. *A era das revoluções: 1789–1848*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HODAPP, C. *Maçonaria para leigos*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

ISMAIL, K. *O líder maçom: como a maçonaria tem formado líderes nos últimos séculos e colaborado para a*

*felicidade da humanidade*. Londrina: A Trolha, 2014.

ISMAIL, K. *Debatendo tabus maçônicos*. Londrina: A Trolha, 2016.

ISMAIL, K. *História da maçonaria brasileira para adultos*. Londrina: A Trolha, 2017.

LOMAS, R. *Os segredos da maçonaria*. São Paulo: Madras, 2015.

MOREL, M.; SOUZA, F. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PRESTON, W. *Esclarecimentos sobre maçonaria*. Rio de Janeiro: Arcanum, 2017.

STEVENSON, D. *As origens da maçonaria: o século da escócia (1590–1710)*. São Paulo: Madras, 2009.

WEBB, T. S. *O monitor dos franco-maçons: ilustrações da maçonaria*. Salvador: Curtipiu, 2017.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1. São Paulo: Unicamp, 1993.